

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	11
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	27
---	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	28
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	29
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	30
---	----

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	31
---	----

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	32
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	33
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	34
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	10.000
Preferenciais	0
Total	10.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	15.471.440	13.529.751
1.01	Ativo Circulante	11.774.312	10.587.921
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.022.606	2.106.456
1.01.03	Contas a Receber	5.821.851	5.226.634
1.01.03.01	Clientes	5.821.851	5.226.634
1.01.06	Tributos a Recuperar	116.722	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	3.813.133	3.254.831
1.01.08.03	Outros	3.813.133	3.254.831
1.02	Ativo Não Circulante	3.697.128	2.941.830
1.02.02	Investimentos	3.062.176	2.539.912
1.02.02.01	Participações Societárias	3.062.176	1.239.912
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	3.062.176	1.239.912
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	0	1.300.000
1.02.03	Imobilizado	634.952	401.918
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	634.952	401.918

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	15.471.440	13.529.751
2.01	Passivo Circulante	243.567	128.040
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	91.748	80.393
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	91.748	80.393
2.01.02	Fornecedores	0	2.526
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	0	2.526
2.01.03	Obrigações Fiscais	129.317	21.963
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	129.317	15.862
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	129.317	15.862
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	0	6.101
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	22.502	23.158
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	22.502	23.158
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	22.502	23.158
2.02	Passivo Não Circulante	15.215.873	13.389.711
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	15.215.873	13.389.711
2.02.01.02	Debêntures	15.215.873	13.389.711
2.03	Patrimônio Líquido	12.000	12.000
2.03.01	Capital Social Realizado	10.000	10.000
2.03.04	Reservas de Lucros	2.000	2.000
2.03.04.01	Reserva Legal	2.000	2.000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	782.537	2.473.774	724.338	2.100.971
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-481.251	-1.814.330	-464.529	-1.463.022
3.03	Resultado Bruto	301.286	659.444	259.809	637.949
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-230.883	-625.204	-196.962	-561.592
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-230.883	-643.871	-196.962	-561.592
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	18.667	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	70.403	34.240	62.847	76.357
3.06	Resultado Financeiro	31.229	374.436	29.996	231.296
3.06.01	Receitas Financeiras	32.368	377.030	34.031	232.606
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.139	-2.594	-4.035	-1.310
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	101.632	408.676	92.843	307.653
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-28.555	-120.950	-25.567	-86.602
3.08.01	Corrente	-28.555	-120.950	-25.567	-86.602
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	73.077	287.726	67.276	221.051
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	73.077	287.726	67.276	221.051

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	73.077	287.726	67.276	221.051
4.03	Resultado Abrangente do Período	73.077	287.726	67.276	221.051

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	978.612	389.811
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	994.474	579.435
6.01.03	Outros	-15.862	-189.624
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-774.080	-714.533
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-288.382	-254.677
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-83.850	-579.399
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.106.456	3.131.623
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.022.606	2.552.224

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	10.000	0	2.000	0	0	12.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	10.000	0	2.000	0	0	12.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-287.726	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-287.726	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	287.726	0	0
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	287.726	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	10.000	0	2.000	0	0	12.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	10.000	2.000	0	0	0	12.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	10.000	2.000	0	0	0	12.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-221.051	0	-221.051
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-221.051	0	-221.051
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	221.051	0	221.051
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	221.051	0	221.051
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	10.000	2.000	0	0	0	12.000

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
7.01	Receitas	2.473.774	2.080.817
7.01.02	Outras Receitas	2.473.774	2.080.817
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-284.768	-194.838
7.02.04	Outros	-284.768	-194.838
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.189.006	1.885.979
7.04	Retenções	-18.782	-6.282
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-18.782	-6.282
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.170.224	1.879.697
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	377.030	232.606
7.06.02	Receitas Financeiras	377.030	232.606
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.547.254	2.112.303
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.547.254	2.112.303
7.08.01	Pessoal	222.189	239.189
7.08.01.01	Remuneração Direta	222.189	239.189
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	245.404	235.543
7.08.02.03	Municipais	245.404	235.543
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.791.935	1.416.520
7.08.03.03	Outras	1.791.935	1.416.520
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	287.726	221.051
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	287.726	221.051

Comentário do Desempenho**CNPJ: 22.495.265/0001-40**

Curitiba-PR, 11 de novembro de 2021.

Aos acionistas da

SENECA COMPANHIA SECURITIZADORA

Senhores Acionistas,

A Administração da **SENECA COMPANHIA SECURITIZADORA**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, com o Relatório dos Auditores Independentes relativas aos períodos findos 30 de setembro de 2021 comparativas a 31 de dezembro de 2020.

Em Atendimento a instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, informamos que a empresa AJCA Auditores Independentes S/S foi contratada pela Companhia, para prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia de 30 de setembro de 2021 comparativas a 31 de dezembro de 2020, e não prestou, desde a sua contratação serviços não relacionados à auditoria externa.

Atenciosamente,

SENECA COMPANHIA SECURITIZADORA*Diretor Presidente
Luiz Malucelli Neto*

Notas Explicativas



CNPJ: 22.495.265/0001-40

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 30 de setembro de 2021.**1) Contexto Operacional**

A Seneca Companhia Securitizadora, constituída em 15 de abril de 2015, tem como objetivo social (I) securitização de direitos creditórios comerciais, industriais, financeiros, agronegócio e imobiliários, assim compreendida a compra, venda e prestação da respectivas garantias em créditos imobiliários; (II) emissão e colocação no mercado privado (sem intermediação de instituição financeira) de títulos, valores mobiliários e de certificados de recebíveis imobiliários ("CRI"); (III) prestação de serviços relacionados a operações no mercado secundário de títulos e valores mobiliários; (IV) prestação de serviços e realização de outros negócios referentes a operações no mercado secundário de créditos imobiliários, de acordo com a Lei 9.514 de 20.11.1997 e das normas que vierem a alterá-la, substituí-la ou complementá-la; (V) realização de negócios e prestação de serviços de seleção, administração e cobrança de direitos de créditos lastreados nos títulos e valores mobiliários relacionados à atividade de securitização de créditos.

As demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios findos 30 de setembro de 2021 comparativas a 31 de dezembro de 2020, foram autorizadas pelo conselho de administração em 11 de novembro de 2021.

1.1 Impactos do Covid-19

Desde o dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia. O surto provocado pela contaminação de COVID-19, que evoluiu e continua evoluindo, gerando impacto nas atividades globais. Tendo em vista as avaliações da Emissora, informamos que, até a data de divulgação dessas demonstrações financeiras, não observamos eventos e impactos financeiros relevantes dentro das operações destas Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas



CNPJ: 22.495.265/0001-40

2) Riscos

2.1 Risco de mercado:

Este tipo de risco está ligado à perspectiva de eventos adversos, que impactem os preços dos ativos transacionados e/ou sua liquidez. Esse risco está associado a variáveis macros sistêmicas, como inflação, taxas de juros, taxas de câmbio e outras.

2.2 Política anti-inflacionária:

No passado, o Brasil apresentou índices extremamente elevados de inflação e vários momentos de fragilidade nos controles inflacionários. As medidas do Governo Federal realizadas para combate e controle da meta de inflação contribuem para a incerteza econômica e aumentam a volatilidade das taxas de juros dos títulos. Essas medidas podem, no futuro, ter um efeito material desfavorável sobre a economia e sobre os ativos que lastreiam as Debêntures emitidas pela Companhia.

2.3 Risco institucional:

Este risco está associado à possibilidade de eventos adversos em âmbito da legislação, da regulamentação, da auto regulação (a cargo dos próprios agentes do mercado considerado) e do cumprimento dos contratos. Eventos como mudança na legislação tributária ou em regras estabelecidas por uma entidade reguladora se enquadram nessa modalidade de risco.

2.4 Risco fiscal:

A política fiscal é o conjunto de medidas tomadas pelo governo para que haja estabilização da economia, redistribuição de renda e a alocação dos recursos. Seguindo estes parâmetros, o governo planeja para 2021 alcançar a meta fiscal, aumentar investimentos e retomar o crescimento do país.

2.5 PIS/ COFINS:

São tributos que tem a mesma base de cálculo e forma de cobrança similar, não justificando então duas contribuições com legislações próprias e quase idênticas. Assim, já é esperada a unificação dos

Notas Explicativas

**CNPJ: 22.495.265/0001-40**

impostos para 2021, receando, entretanto, o mercado com a expectativa de aumento das alíquotas. Havendo mudança no imposto existe o risco da operação da Companhia sofrer um impacto direto, uma vez que suas receitas brutas são tributas pelo PIS/COFINS e atualmente estão enquadradas conforme as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Se aprovado os impostos deixarão de terem o efeito da “não cumulatividade” elevando demasiadamente as alíquotas – PIS de 0,65% para 1,65% e COFINS de 4% para 7,6% – ocasionando também em um encarecimento da operação e possível fuga de clientes.

2.6 Risco Operacional:

Associado à possibilidade de eventos adversos intrinsecamente associados aos participantes do mercado, empresas e demais entidades, tal risco está ligado a práticas internas de gestão e a processos organizacionais.

2.7 Direitos Creditórios:

O principal risco incidido sobre a Companhia refere-se a possível redução dos recebimentos dos devedores de direitos creditórios causado pela instabilidade no ambiente econômico. Especialistas afirmam que em um cenário de extrema crise econômica, os recebimentos possam sofrer redução de até 50%.

Foi criado então, como pode se verificar abaixo, dois cenários calculando a “receita operacional bruta”, não levando em consideração a incidência dos tributos.

2.8 Risco de Crédito:

O risco de crédito está associado à possibilidade de uma das partes de uma transação não cumprir sua obrigação com as demais, deixando de honrar compromisso financeiro assumido.

2.9 Inadimplência:

O quadro de recessão na economia afeta diretamente o ritmo de negócios e a geração de caixa das empresas. Consequentemente gera

Notas Explicativas

**CNPJ: 22.495.265/0001-40**

um aumento da taxa de juros por conta do cenário inflacionado e um aumento das restrições para se obter crédito, resultando assim, no aumento das taxas de inadimplência.

Com o aumento significativo da inadimplência é possível que os devedores dos créditos negociados com a Companhia não tenham capacidade de cumprir com suas obrigações e, como o pagamento dos investidores das Debêntures emitidas pela Companhia está baseado no pagamento dos direitos creditórios, isto pode alterar o retorno previsto pelos investidores.

3) Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas Práticas Contábeis brasileiras que compreendem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidas pelo CPC e homologados pelos órgãos reguladores, e práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam ao ***“Pronunciamento Conceitual Básico Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis emitido pelo CPC”*** e, por conseguinte, em consonância com as normas contábeis internacionais.

Continuidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas tendo como premissa que a Companhia está em atividade, e, assim irá manter-se por um futuro previsível, e ainda que existe o firme propósito de continuar suas atividades e que não se visualizou qualquer probabilidade de descontinuidade. Ainda para o lapso de doze meses, da data das demonstrações contábeis, não ficou caracterizada, por qualquer forma, inclusive por vontade da administração, a redução drástica na escala de suas operações.

4) Principais práticas contábeis

4.1 Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, sendo o Real (R\$) a moeda funcional da Companhia.

Notas Explicativas



CNPJ: 22.495.265/0001-40

4.2 Reconhecimento de receita**i. Prestação de serviços**

A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos mesmos, ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

ii. Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica “Receita financeira” nas demonstrações do resultado.

iii. Receita de securitização

O *spread* da operação decorre, basicamente, da diferença entre o preço pago pela Companhia na aquisição do crédito e o preço de colocação das debêntures aos investidores. Em outras palavras, a Companhia adquire o lastro de crédito, aplicando determinado fator que somente será em parte repassada como forma de remuneração, de modo que a diferença observada entre as taxas consiste no *spread* realizado.

4.3 Reconhecimento de despesas

As despesas foram reconhecidas no resultado à medida da sua realização através do regime de competência. Foram reconhecidas simultaneamente com as receitas quando com estas tinham vínculo, em conformidade com o previsto na ITG 2000 (R1) emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

Notas Explicativas



CNPJ: 22.495.265/0001-40

4.4 Impostos e contribuições**i. Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido – correntes**

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240.000 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

ii. Imposto sobre serviços

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - Seguindo a Lei 10.684/2003, a alíquota da COFINS fica elevada para 4% (quatro por cento) para as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Entre elas as **sociedades de crédito imobiliário**.
- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65%
- Imposto Sobre Serviços (ISS) – 2% a 5%;

4.5 Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração**i. Ativos financeiros – reconhecimento e mensuração**

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado a valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, que é composto pelo caixa e equivalentes de caixa, bancos conta movimento e aplicações de liquidez imediata.

Notas Explicativas

**CNPJ: 22.495.265/0001-40**

A prática contábil adotada para os instrumentos financeiros foi pautada no que determinam as normas emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade: BC TG 39 (R1), NBC TG 40 (R3) e NBC TG 48.

4.6 Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos

A Companhia não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações são mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

4.7 Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Administração avaliou o efeito deste procedimento e, nas demonstrações financeiras de 30 de setembro 2021 e não identificou ajustes a serem contabilizados.

4.8 Provisão para redução ao valor de recuperação de direitos creditórios

Os direitos creditórios são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, que requer a análise da carteira quanto ao atraso das operações, conforme regras e procedimentos definidos na Instrução normativa 1.700 da Receita Federal em seu art. 71.

4.9 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia

Notas Explicativas

**CNPJ: 22.495.265/0001-40**

possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses, caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

4.10 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

4.11 Tributos a compensar

Uma vez identificado valores de tributos passíveis de compensação, seja por recolhimento indevido ou a maior, tais valores devem ser contabilizados em contas do ativo, com a corresponde atualização, de acordo com a legislação de regência. Para efeito de contabilização e cômputo na base de cálculo do IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro, os juros devem ser apropriados pelo regime de competência.

A empresa deverá manter controles extra contábeis dos créditos a compensar, bem como dos valores dos juros apropriados e dos valores compensados, para fazer prova frente a possíveis questionamentos por parte do Fisco.

4.12 Informações por segmento

O CPC 22 requer que as operações por segmento sejam identificadas

Notas Explicativas

**CNPJ: 22.495.265/0001-40**

com base em relatórios internos utilizados pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance. A Administração efetuou a análise mencionada e concluiu que a Companhia opera em um único segmento (securitização de créditos) e por isso não há a necessidade de nenhuma divulgação adicional.

4.13 Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes na data-base das demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

4.14 Eventos subsequentes

A Companhia realizou uma análise em todos os eventos subsequentes, favoráveis, desfavoráveis, relevantes que pudessem influenciar significativamente o seu desempenho, com uma atenção especial no quesito da continuidade. Após esta análise nenhum evento importante e impactante foi constatado. Assim nenhum ajuste de saldo se fez necessário e nenhum fato importante para divulgação foi identificado em decorrência de eventos subsequentes.

5) Caixa e equivalentes de caixa

O Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, se aplicável. O caixa e equivalentes de caixa existentes na sociedade compõem-se da seguinte forma:

Descrição	30.09.2021	31.12.2020
Bancos Conta Movimento	133	662.351
Aplicações de Liquidez Imediata	2.022.473	1.444.105
Total de caixa e equivalentes de caixa	2.022.606	2.106.456



CNPJ: 22.495.265/0001-40

6) Direitos creditórios a receber

O saldo de Direitos Creditórios a receber é composto por direitos de créditos adquiridos de empresas originadoras dos segmentos industriais, comerciais e da prestação de serviços sem aquisição substancial de riscos e benefícios. Os valores são escriturados pelo valor de face dos Direitos Creditórios a receber, devido ao fato do prazo médio da carteira ser inferior a 180 dias, a empresa optou por não reconhecer o ajuste a valor presente, requerido pelo CPC 12.

A Companhia não está substancialmente exposta à variação do fluxo de caixa esperado associado ao direito creditório quando o cedente ou parte relacionada, em relação à operação de cessão, assumir obrigação não formalizada ou quando garantir, por qualquer outra forma, compensar as perdas de crédito associadas ao direito creditório objeto da operação.

- i. Operações com aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a securitizadora adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.
- ii. Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a securitizadora não adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, não ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.

A classificação dos grupos acima é de responsabilidade da Administração e deverá ser estabelecida utilizando-se como metodologia, preferencialmente, o disposto na escritura de emissão de debêntures, associado aos direitos creditórios objeto da operação.

A Previsão Estimada de Créditos de Liquidação Duvidosas (PECLD) são classificados quando os mesmos chegam a um período superior a 180 dias sem o seu efetivo recebimento e não há nenhuma expectativa de liquidação por parte, conforme leis ordenam o assunto para o reconhecimento da previsão em consonância com o CPC 38.

Notas Explicativas

**CNPJ: 22.495.265/0001-40**

- a) Posição sintética de direitos creditórios relativa as operações sem aquisição substancial de riscos estão representadas por:

Descrição	30.09.2021	31.12.2020
Direitos creditórios a receber	8.356.244	7.838.042
(-) PECLD	(2.534.393)	(2.611.408)
Total de direitos creditórios a receber	5.821.851	5.226.634

- b) Posição por vencimento em dias da carteira de direitos creditórios:

Períodos em dias	A vencer	Vencidos
até 30 dias	3.995.379	1.390.814
de 31 a 60 dias	21.982	22.777
de 61 a 90 dias	19.783	222.475
de 151 a 180 dias	-	-
Acima de 180 dias	-	2.683.034
(-) PECLD	-	(2.534.393)
Total Geral	4.037.144	1.784.707
		5.821.851

7) Outros Créditos

A conta “outros créditos” está relacionada a adiantamentos relacionados pela Companhia em face de terceiros e estão dispostos da seguinte maneira:

Descrição	30.09.2021	31.12.2020
Adiantamento a pessoas ligadas	3.813.133	3.254.831
Total de Outros Créditos	3.813.133	3.254.831

8) Investimentos

A conta “Investimentos” está relacionada a ações que a Companhia possui via bolsa de valores, em que a mesma enxerga oportunidade de ganho futuro a medida que as ações ganharem valor de mercado, além de um investimento em um terreno, que estão dispostas da seguinte forma:

Descrição	30.09.2021	31.12.2020
Terrenos	1.300.000	1.300.000
Investimentos em ações	1.762.176	1.239.912
Total de Investimentos	3.062.176	2.539.912

Notas Explicativas



CNPJ: 22.495.265/0001-40

9) Imobilizado

A política de reconhecimento e mensuração de ativo imobilizado foi construída pela empresa a partir das diretrizes da NBC TG 27 (R4) do CFC – Conselho Federal de Contabilidade. O reconhecimento se deu pelo valor do custo de aquisição ou construção, acrescido quando aplicável de juros durante o período de construção, deduzido da depreciação acumulada. Foram considerados imobilizados os ativos tangíveis que são mantidos para uso ou para fins administrativos e que se espera que sejam utilizados durante mais do que um período. O reconhecimento dos itens do imobilizado se deu quando existia probabilidade de benefício econômico futuro para a empresa e o custo do item foi mensurado de maneira confiável e ainda quando a empresa assumia substancialmente os riscos, os benefícios e o controle de tais ativos, dentro da primazia da essência sobre a forma.

A mensuração dos itens do imobilizado, a formação do custo, foi realizada da seguinte forma: preço de compra, incluindo os tributos não recuperáveis e todos os demais custos até o ponto do imobilizado estar em condições de uso. A depreciação foi calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem e o valor residual. A conta de “imobilizado” é composta por:

Descrição	Taxa	Custo	30.09.2021		31.12.2020
			Depreciação	Residual	Residual
Equipamentos de informática	20%	3.847	(2.325)	1.522	2.099
Máquinas e equipamentos	10%	11.657	(777)	10.880	-
Terrenos	-	186.745		186.745	186.745
Veículos	20%	116.186	(29.047)	87.139	104.567
Obras em andamento	-	348.666		348.666	108.507
Total do Imobilizado	-	667.101	(32.149)	634.952	401.918

Notas Explicativas



CNPJ: 22.495.265/0001-40

10) Obrigações tributárias

A conta “obrigações tributárias” está relacionada aos impostos apontados abaixo:

Descrição	30.09.2021	31.12.2020
IRPJ a recolher	84.168	11.134
CSLL a recolher	36.780	4.728
COFINS a recolher	4.815	1.647
PIS a recolher	786	271
ISS a recolher	2.452	3.831
Retenção 4,65%	228	147
IRRF a pagar	88	205
Total obrigações tributárias	129.317	21.963

11) Obrigações trabalhistas e sociais

A conta “obrigações trabalhistas e sociais” refere-se a valores de verbas e dos encargos relacionados a folha de pagamento, composta por:

Descrição	30.09.2021	31.12.2020
IRRF a Recolher	1.088	1.605
INSS a Recolher	7.253	6.589
FGTS a Recolher	1.559	2.150
Contribuição Sindical	1.582	1.581
Salários	13.302	12.065
Provisão de Férias	35.523	41.873
13º Salário	14.190	-
INSS s/ Férias	9.485	11.180
FGTS s/ Férias	2.842	3.350
INSS s/ 13º Salário	3.789	-
FGTS s/ 13º Salário	1.135	-
Total de obrigações trabalhistas	91.748	80.393

12) Títulos e valores mobiliários

A Companhia realizou a 1ª (primeira) emissão privada de debêntures, em 09 de setembro de 2015, onde foram emitidas 500 (quinhentas) debêntures simples, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) perfazendo o montante de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 240 (duzentos e quarenta) meses. As debêntures farão jus à participação nos lucros

Notas Explicativas

**CNPJ: 22.495.265/0001-40**

antes dos impostos, excluídos os valores de equivalência patrimonial, na proporção de 85% (oitenta e cinco por cento) destes, sendo devida mensalmente à medida que o lucro for sendo auferido, até a data de vencimento das debêntures. A EMISSORA pagará "pro rata temporis" os juros devidos até o dia do efetivo pagamento, nas hipóteses de aquisição facultativa ou vencimento antecipado.

De acordo com as características supracitadas, as debêntures estão assim relacionadas:

Descrição	30.09.2021	31.12.2020
Emissão de debêntures	3.732.517	3.732.517
Remuneração de debêntures	14.005.394	12.256.247
(-) Provisão P/ Perdas com Debêntures	(2.522.038)	(2.599.053)
Total títulos e valores mobiliários	15.215.873	13.389.711

13) Patrimônio Líquido

Capital Social - O Capital Social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), representado por 10.000 (dez mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Reserva Legal – Constituída na forma da Lei 6.404/76 e do Artigo 27 do Estatuto Social da Companhia, respeitando a destinação de 5% do lucro do exercício e o limite de 20% do Capital Social Integralizado.

Resultado do período – A companhia obteve no terceiro trimestre de 2021 um lucro líquido no montante de R\$ 287.726,03 (duzentos e oitenta e sete mil e setecentos e vinte e seis reais e três centavos)

Notas Explicativas



CNPJ: 22.495.265/0001-40

14) Resultado Operacional

O resultado operacional é composto de receitas operacionais deduzidas às despesas operacionais, dispostas abaixo:

Descrição (em reais)	30.09.2021	30.09.2020
Receitas operacionais	659.444	637.949
Receita de Securitização	1.868.415	1.575.449
Receita de Prestação de Serviços	605.359	525.522
(-) Custo de captação de recursos	(1.749.147)	(1.379.794)
(-) Devoluções		(20.155)
(-) Tributos Federais		(3.232)
(-) COFINS	(99.331)	(83.727)
(-) PIS	(16.141)	(13.606)
(-) ISSQN CURITIBA	(30.266)	(26.275)
(-) Impostos e taxas	(780)	(394)
Crédito COFINS	69.966	55.192
Crédito PIS	11.369	8.969
Despesas operacionais	(643.871)	(561.592)
Despesas Gerais e Administrativas	(369.934)	(561.592)
Despesas com Pessoal	(273.937)	-
Resultado operacional líquido	15.573	76.357

15) Resultado Financeiro

O resultado financeiro é composto de receitas financeiras deduzidas às despesas financeiras, que estão assim compostas:

Descrição (em reais)	30.09.2021	30.09.2020
Receitas financeiras	377.030	232.606
Juros	347.712	282.786
Rendimento de aplicação financeira	(245)	(80.135)
Juros s/ capital próprio	24.112	12.364
Outras	5.451	17.591
Despesas financeiras	(2.594)	(1.310)
Juros passivos	(766)	(13)
Encargos s/ Empréstimos e financiamentos	(1.161)	(387)
Juros/multas s/ tributos	(667)	(910)
Resultado financeiro líquido	374.436	231.296

Notas Explicativas



CNPJ: 22.495.265/0001-40

16) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros ativamente utilizados pela Sociedade estão substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa, realizado em condições usuais de mercado, estando reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis considerando-se os critérios descritos no item 2.

Valorização dos instrumentos financeiros:

Os principais instrumentos financeiros ativos em 30 de setembro de 2021, bem como os critérios para sua valorização, estão descritos a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa (nota 5): os saldos mantidos em contas correntes bancárias encontram-se ajustados de acordo com o valor da cota divulgada;

Direitos Creditórios a receber (nota 6): são avaliados no momento inicial pelo valor de face dos títulos adquiridos.

Títulos e valores mobiliários (nota 12): considerando a natureza dos débitos específicos, não há valor de mercado comparável com os saldos contábeis em 30 de setembro de 2021.

Curitiba - PR, 11 de novembro de 2021.

Luiz Malucelli Neto
Diretor Presidente

Pietro Roderjan Malucelli
Diretor Vice Presidente

Rogério Luiz Cavallari
Tec. Contábil CRC/PR nº 29775

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

A empresa declara que não há comentários sobre o comportamento das Projeções Empresarias.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

A Companhia declara que não há outras informações consideradas relevantes.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos
Acionistas e Administradores da
SÊNECA COMPANHIA SECURITIZADORA
Curitiba - PR

Revisamos as informações contábeis intermediárias correspondentes, individuais da Sêneca Companhia Securitizadora, contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), que compreende o balanço patrimonial referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três meses findos naquela data, e das demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findos naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as informações contábeis intermediárias

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – “Demonstração Intermediária” e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão das informações contábeis intermediárias correspondentes

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – “Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade” e – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias correspondentes individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que, as informações intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR) e, apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findos em 30 de setembro de 2021, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro - IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Curitiba, 12 de novembro de 2021.

AJCA AUDITORES INDEPENDENTES S/S.
CRC/PR – 005288/O-6
Antonio Justichechem
CRC/PR – 037.469/O-4

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

A companhia declara que não possui Conselho Fiscal instalado.

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

A companhia declara que não possui Comitê de Auditoria.

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

A companhia declara que não possui Comitê de Auditoria.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

SENECA COMPANHIA SECURITIZADORA

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em cumprimento à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria DECLARA ter revisto, discutido e concordado integralmente com as demonstrações financeiras da Companhia referente ao período findo em 30 de setembro de 2021.

Curitiba - PR, 12 de novembro de 2021.

DIRETORIA

Luiz Malucelli Neto

Pietro Roderjan Malucelli

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

SENECA COMPANHIA SECURITIZADORA

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em cumprimento à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria DECLARA ter revisto, discutido e concordado com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia de 12 de novembro de 2021, referente ao período de 30 de setembro de 2021.

Curitiba - PR, 12 de novembro de 2021.

DIRETORIA

Luiz Malucelli Neto

Pietro Roderjan Malucelli